



DESTAQUES DE 20 A 24 DE MAIO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS

[Projecto de Lei 419/XII](#)

Aprova o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo
Autoria PS

[Proposta de Lei 148/XII](#)

Aprova o crédito fiscal extraordinário ao investimento.
Autoria Governo

[Projecto de Resolução 735/XII](#)

Recomenda ao Governo a Suspensão do Processo de Privatização dos CTT e Correios de Portugal.
Autoria PS

[Projecto de Resolução 739/XII](#)

Pela defesa dos CTT Correios de Portugal, pela manutenção do seu carácter totalmente público e pela melhoria da qualidade do serviço público postal.
Autoria PCP

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 142/XII](#)

[Aprova a lei de organização e funcionamento do conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN e procede à primeira alteração à Lei](#)

ANACOM

[Cobrança de penalidades na oferta de referência de acesso a postes da PT Comunicações - consulta](#)

ANACOM põe em consulta projecto de decisão sobre facturação e cobrança de penalidades pela PTC ao abrigo da ORAP, que decorre até 21.06.2013.

COMÉRCIO

[Portaria n.º 191/2013. D.R. n.º 100, Série I de 2013-05-24](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Fixa a informação a constar no formulário electrónico para apresentação da mera comunicação prévia, aprova os modelos do cartão de feirante e de vendedor ambulante e do letreiro identificativo em suporte duradouro e estabelece o custo da respectiva emissão

[Licenciamento Zero](#)

Desde 1 de Maio que o Balcão do Empreendedor está inoperacional.

Assim, para evitar que os particulares sejam prejudicados pela inoperacionalidade do balcão do empreendedor, o Município de Lisboa vai passar a disponibilizar formulários próprios e um e-mail único (liczero.lisboa@cm-lisboa.pt) de contacto para os interessados poderem utilizar em substituição do "Balcão do Empreendedor".

E-mail único: liczero.lisboa@cm-lisboa.pt

DIREITO PÚBLICO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2013. D.R. n.º 96, Série I de 2013-05-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Determina que a Equipa para os Assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica coordena e acompanha a execução de medidas destinadas a garantir que os eleitores têm pleno conhecimento das alterações decorrentes da reorganização administrativa

FINANCEIRO

[Resolução da Assembleia da República n.º 68/2013. D.R. n.º 96, Série I de 2013-05-20](#)

Assembleia da República

Comissão eventual de inquérito à celebração de contratos de gestão de risco financeiro por empresas do sector público

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Estatístico - Maio 2013](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Estatísticas Trimestrais Sobre Gestão de Activos - 1.º Trimestre de 2013](#)

FISCAL

[Declaração n.º 100/2013. D.R. n.º 96, Série II de 2013-05-20](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Orçamento

Conta provisória de Janeiro a Março de 2013

[IVA na Gestão Colectiva de Direitos de Produtores](#)

Foi resolvida a questão da cobrança do IVA relativa aos anos de 2008 a 2012 na Gestão Colectiva de Direitos de Produtores, Artistas e Intérpretes. A solução encontrada por parte da Administração Fiscal traduziu-se na suspensão das acções de inspecção e na anulação das liquidações adicionais de IVA, que estavam em curso.

FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013. D.R. n.º 96, Série I de 2013-05-20](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define os Pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia, estabelecendo as principais linhas de intervenção dos fundos europeus estruturais e de investimento no ciclo 2014-2020

PAGAMENTO DE PORTAGENS

[Portaria n.º 190/2013. D.R. n.º 99, Série I de 2013-05-23](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Estabelece os termos e condições do regime aplicável ao pagamento das taxas de portagem em toda a rede nacional de auto-estradas pelos clientes das empresas de aluguer de veículos sem condutor

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2013/A. D.R. n.º 97, Série I de 2013-05-21](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Primeira alteração ao [Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/A](#), de 13 de Setembro que regulamenta os apoios a conceder pela administração regional autónoma ao funcionamento do mercado social de emprego na Região Autónoma dos Açores

[Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2013/A. D.R. n.º 98, Série I de 2013-05-22](#)

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Executa o orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013

[Decreto Legislativo Regional n.º 3/2013/A. D.R. n.º 99, Série I de 2013-05-23](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Procede à quarta alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A](#), de 10 de Abril que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

[Resolução da Assembleia da República n.º 69/2013. D.R. n.º 100, Série I de 2013-05-24](#)

Assembleia da República

Apoio extraordinário à Região Autónoma dos Açores

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2013/A. D.R. n.º 100, Série I de 2013-05-24](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo Regional que promova o estabelecimento de um protocolo com as instituições de crédito, no sentido de serem suspensos temporariamente os pagamentos de amortizações relativas a processos de crédito à habitação contratados por trabalhadores afectados pela ocorrência de salários em atraso nas empresas em que prestam serviço, pelo tempo que perdurar a situação em causa

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2013/M. D.R. n.º 98, Série I de 2013-05-22](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova a execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2013

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

[Regulamento \(UE\) n.º 472/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#), de 21 de Maio de 2013, relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros da área do euro afectados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira

[Regulamento \(UE\) n.º 473/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#), de 21 de Maio de 2013, que estabelece disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação dos projectos de planos orçamentais e para a correcção do défice excessivo dos Estados-Membros da área do euro

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Directiva 2013/28/UE da Comissão, de 17 de Maio de 2013](#), que altera o anexo II da Directiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos veículos em fim de vida

[Orientação do Banco Central Europeu, de 15 de Maio de 2013](#), que altera a Orientação BCE/2006/4 relativa à prestação de serviços de gestão de reservas em euros pelo Eurosistema a bancos centrais e países não pertencentes à área do euro e a organizações internacionais (BCE/2013/14)

RECOMENDAÇÕES

[Recomendação do Comité Europeu do Risco Sistémico, de 20 de Dezembro de 2012](#), relativa aos fundos do mercado monetário (CERS/2012/1)

COMISSÃO

[Comissão propõe nova estratégia industrial europeia para a electrónica — apoios mais específicos para mobilizar 100 000 M€ em novos investimentos privados](#)

A Comissão Europeia lançou uma campanha de coordenação dos investimentos públicos em micro e nanoelectrónica (nomeadamente semicondutores e circuitos integrados para computadores), destinada a alargar a base de fabrico avançado da Europa.

[Comissão propõe modernização de 300 grandes portos marítimos](#)

Objectivo de melhorar as operações portuárias e as ligações à rede de transportes em 319 grandes portos marítimos da Europa. As linhas de orientação e as alterações jurídicas propostas ajudarão os operadores portuários a modernizarem os seus serviços e instalações e conferir-lhes-ão maior autonomia financeira.

[Política de coesão: aproveitar ao máximo os fundos da UE em prol do crescimento e do emprego - a Comissão acciona ajuda](#)

PARLAMENTO EUROPEU

[Resgates a bancos: pequenos depositantes não podem pagar a factura exigem eurodeputados](#)

Os depósitos abaixo dos 100 000 euros não podem ser utilizados para resgatar bancos em risco de falência, defenderam os eurodeputados da comissão dos assuntos económicos e monetários do Parlamento Europeu, esta segunda-feira. De acordo com o relatório aprovado, devem ser os accionistas, os titulares de obrigações ou, em último caso, os grandes depositantes, a enfrentar as perdas.

[Eurodeputados urgem Conselho Europeu a tomar medidas contra a fraude fiscal](#)

O Parlamento Europeu quer que os países da UE tomem "medidas imediatas e coordenadas" contra os paraísos fiscais e o planeamento fiscal agressivo e apela a um "empenho reforçado" que conduza a um acordo internacional sobre o intercâmbio automático obrigatório da informação em matéria fiscal. Num relatório aprovado esta terça-feira em plenário, véspera da cimeira europeia dedicada ao tema, os eurodeputados dizem que os Estados-Membros devem reduzir para metade o diferencial de tributação até 2020.

[Eurodeputados aprovam regras mais rigorosas em relação à perfuração offshore de petróleo e gás](#)

A 21 de Maio, os eurodeputados aprovaram requisitos de segurança mais apertados para a exploração offshore de petróleo e gás. O objectivo é reduzir o risco de acidentes ou limitar as consequências em caso de acidente.



FUNDAÇÃO
PLMJ
João Nuno
Detalhe
Obra da Colecção da Fundação PLMJ

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 23 DE MAIO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Proposta de lei e um decreto-lei que contém um pacote de incentivos fiscais ao investimento que contribuirá de forma decisiva para relançar a economia, fomentar o crescimento económico e para criar emprego de forma sustentada.

Este pacote é constituído, por um lado, por um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, um incentivo fiscal ao investimento sem precedentes em Portugal e, por outro lado, por outras medidas fiscais de promoção do investimento, designadamente o reforço do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e o reforço dos benefícios fiscais ao investimento de natureza contratual. Em paralelo, de forma a conferir maior segurança e estabilidade aos investidores, o Governo decidiu também reduzir o prazo para prestação de informações vinculativas em matéria fiscal e criar o Gabinete Fiscal de Apoio ao Investidor Internacional.

- Proposta de lei que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, tendo como objectivo o reforço dos mecanismos de transparência.

- Novo regime de exercício da actividade pecuária.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

